RELATÓRIO
7º ENCONTRO DO GRUPO DA TERRA

Local: Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN) - Brasília/DF
Data: 17 e 18 de março de 2026



Brasília/DF
2026

A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas - PNSIPCFA

Para cuidar da saúde das pessoas do campo, da floresta e das águas, o Ministério da Saúde criou, em 2005, o Comitê Técnico "Grupo da Terra". Esse grupo foi responsável por preparar a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, que foi aprovada na 14ª Conferência Nacional de Saúde, a partir do diálogo com os movimentos sociais.

A política foi oficializada pela Portaria nº 2.866/2011, e atualizada pela Portaria GM/MS nº 2.311/2014 para Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas - PNSIPCFA.

ACESSE A POLÍTICA AQUI

Qual o papel do Grupo da Terra e movimento sociais no controle social do SUS?

O Comitê Técnico "Grupo da Terra" possui o papel de partilhar o poder de gestão da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas; Integrar saberes; Articular-se de forma intersetorial no território para formulação, implementação e monitoramento da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas; Articular e ativar lideranças, atores e atrizes, no território para diálogo transversal da saúde do campo, da floresta e das águas.

O 3º Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas - PNSIPCFA

O Grupo da Terra participa da criação, acompanhamento e avaliação das ações da PNSIPCFA, garantindo mais equidade no acesso à saúde. As decisões sobre implementação da PNSIPCFA são feitas de forma conjunta entre governo federal, estados e municípios, no âmbito da Comissão de Intergestores Tripartite (CIT).

RELATÓRIO CONSOLIDADO

7º Encontro do Grupo da Terra

Local: Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN) – Brasília/DF
Datas: 17 e 18 de março de 2026

1. Apresentação e Objetivo do Encontro

A 7ª Reunião Ordinária do Grupo da Terra, realizada nos dias 17 e 18 de março de 2026 na sede da Associação Brasileira de Enfermagem, em Brasília, reuniu representantes de movimentos sociais do campo, da floresta e das águas com servidoras e servidores do Ministério da Saúde em torno de um objetivo central: fortalecer o diálogo político, acompanhar as ações da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA) e definir prioridades estratégicas para 2026.

Orientado pela Portaria GM/MS nº 1.120, de 15 de agosto de 2023, o Grupo da Terra é o principal espaço de pactuação entre o Ministério da Saúde e os movimentos sociais no âmbito desta política. Mais do que uma reunião institucional, este encontro foi um espaço de escuta, memória coletiva e construção compartilhada — onde as vozes dos territórios orientaram os rumos da política pública.

Este relatório busca preservar, com fidelidade e respeito, a riqueza das falas, experiências e construções realizadas ao longo dos dois dias de trabalho.

2. 17 de março de 2026 – Manhã

2.1 Mística e Abertura

O encontro foi aberto com uma mística profundamente marcada pela homenagem às mulheres. Por meio de poesia, símbolos dos movimentos sociais e palavras que carregavam a força das lutas cotidianas, a abertura reafirmou a centralidade das mulheres nos processos organizativos dos territórios, a importância de preservar a memória coletiva das lutas e a dimensão política do cuidado e da resistência como práticas transformadoras.

2.2 Análise de Conjuntura

A análise de conjuntura foi conduzida de forma compartilhada, com contribuições do governo e dos movimentos sociais, configurando um diagnóstico amplo e honesto sobre os desafios que os territórios enfrentam.

Rodrigo Leite, do Ministério da Saúde, abriu a análise institucional, apresentando os desafios do contexto político e as tensões que atravessam a gestão do SUS em um momento de disputas orçamentárias e pressões sobre o Estado.

Missay Nobre da Silva, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), trouxe uma análise contundente da realidade das populações das águas. Sua fala denunciou a crise estrutural do modelo econômico vigente, a intensificação da exploração dos territórios — especialmente na Amazônia, com o avanço do petróleo e da mineração — e a relação direta entre a crise climática e o aumento da demanda pelo SUS. A ausência de saneamento básico e a necessidade urgente de fortalecer a vigilância popular foram apontadas como prioridades inegociáveis.

2.3 Debate dos Movimentos Sociais

O debate dos movimentos trouxe uma riqueza de perspectivas que atravessou dimensões políticas, territoriais, sanitárias e culturais. Participaram lideranças de diferentes regiões e organizações, entre elas Elinaldo, Jarbas, Elionice, Filomena (MPA), Jorge, Célia, Sandra (Movimento Camponês Popular), Zé de Oliveira (CPT), Neidinha (CGEPS/DGIP/SE/MS), Mário (CONAQ) e Leandro (Rede de Médicas e Médicos Populares).

No campo da política e da democracia, as falas evidenciaram a preocupação com a fragilidade democrática, a baixa representatividade das populações do campo nos espaços de poder, o avanço da extrema-direita e a urgência de incidir sobre o Congresso Nacional para proteger direitos conquistados. Nesse contexto, o caso do Banco Master e o envolvimento de representantes do Estado brasileiro foi trazido pelos movimentos como expressão concreta de um padrão que preocupa: o entrelaçamento entre interesses

financeiros privados e estruturas públicas, que corrói a confiança nas instituições e fragiliza as políticas de proteção social. Para as lideranças presentes, essa situação não é distante da realidade dos territórios — ela representa a mesma lógica que prioriza o lucro de poucos sobre os direitos de muitos, e reforça a importância de espaços como o Grupo da Terra para exercer controle social e exigir comprometimento com o interesse público.

Sobre os territórios, foram denunciadas a pressão crescente de grandes empreendimentos, os conflitos fundiários, a presença do narcotráfico em áreas rurais, a falta de regularização fundiária e os impactos ambientais que degradam as condições de vida e saúde. No debate sobre saúde e SUS, emergiu um diagnóstico preocupante: dificuldades de acesso aos serviços, falta de infraestrutura, necessidade urgente de fortalecer a Atenção Primária e insuficiência de financiamento para as especificidades das populações rurais e ribeirinhas. O modelo de desenvolvimento hegemônico foi amplamente criticado, com denúncias sobre os impactos dos agrotóxicos, a lógica predatória do agronegócio e a defesa intransigente da agricultura familiar como eixo de soberania alimentar e saúde. A pauta das violências — racismo estrutural, violência de gênero e desigualdades territoriais — também esteve presente, reforçando que saúde integral implica enfrentar as raízes das injustiças.

3. 17 de março de 2026 – Tarde

3.1 Apresentação da SIME e do Plano Operativo

Irânia Marques (CGPAMS/DGIP/SE/MS) apresentou ao Grupo da Terra a Sistemática Integrada de Monitoramento Estratégico (SIME) para o Plano Operativo da PNSIPCFA 2025–2027. Trata-se de um modelo metodológico e organizacional para acompanhamento sistemático da execução das ações, mensuração de resultados e identificação de riscos institucionais — com vistas à governança participativa e ao protagonismo do Grupo da Terra no monitoramento e avaliação da política.

A apresentação trouxe o painel de indicadores, os fluxos do ciclo de monitoramento e a lógica de devolutiva estruturada ao Grupo da Terra, tornando o processo de acompanhamento da política mais transparente e acessível à participação social.

Vale destacar que a proposta da SIME foi apreciada e aprovada pelo Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, **Adriano Massuda**, conferindo respaldo institucional de alto nível ao modelo de monitoramento e reafirmando o compromisso do Ministério com a governança participativa da PNSIPCFA.

> 📋 **NOTA TÉCNICA Nº 4/2026 – CGPAMS/DGIP/SE/MS**
>
> **Institucionalização da Sistemática Integrada de Monitoramento Estratégico (SIME) para acompanhamento do Plano Operativo da PNSIPCFA**
>
> Assinada em 17/03/2026 pelo Coordenador-Geral Rodrigo Souza Leite e pelo Diretor André Luis Bonifacio de Carvalho (DGIP/SE/MS), esta Nota Técnica estabelece formalmente o modelo metodológico e os responsáveis pelo monitoramento do Plano Operativo. Ela representa um marco institucional: a partir de agora, o monitoramento da PNSIPCFA tem método, fluxo, prazos e pessoas responsáveis definidos oficialmente.
>
> **O que a Nota determina:**
>
> → Os Pontos Focais de cada eixo/área técnica do Ministério da Saúde são formalmente responsáveis por registrar e atualizar as ações do Plano Operativo no sistema SIME, com prazo definido e obrigação de anexar evidências.
>
> → O ciclo é trimestral e inclui etapas de coleta, validação técnica, consolidação, análise e devolutiva — sendo que a devolutiva ao Grupo da Terra é etapa obrigatória do ciclo.
>
> → O Grupo da Terra tem papel ativo no controle social do monitoramento: recebe devolutivas estruturadas, contribui com recomendações e apoia a transparência sobre avanços e desafios da política.

4. Oficina dos Eixos e Discussões dos Grupos

No período da tarde do primeiro dia, o Grupo da Terra se organizou em quatro grupos temáticos para debater os sete eixos do Plano Operativo da PNSIPCFA. Cada grupo reuniu representantes dos movimentos sociais e técnicos do Ministério da Saúde, combinando o olhar dos territórios com a perspectiva institucional para produzir análises qualificadas e encaminhamentos concretos.

4.1 Grupo 1 – Eixos 1 e 2: Atenção à Saúde e Vigilância

Relatoria: Adrielly (MAM), Leandro (Rede de Médicas/os Populares), Stephany (CGPAMS/DGIP/SE/MS).

O debate deste grupo revelou um quadro desafiador na estrutura de atenção à saúde das populações do campo. Os pontos de apoio, que funcionam como extensão da Atenção Primária em áreas remotas, operam muitas vezes em condições precárias — locais improvisados, sem privacidade, sem estrutura adequada — e carecem de regulamentação que garanta condições dignas de atendimento.

Natália (CAEQ/SAPS) trouxe contribuições sobre as Equipes de Saúde da Família Ribeirinha (ESFR) e o financiamento diferenciado por região, reconhecendo ao mesmo tempo as limitações dos dados disponíveis no Ministério da Saúde para acompanhamento dessas realidades.

Os problemas estruturais foram amplamente debatidos: Unidades Básicas de Saúde rurais funcionando parcialmente, ausência de alimentação para profissionais em área, dificuldade de permanência das equipes e falta de multiprofissionalidade. Na temática do transporte e urgência, a situação das ambulanchas foi emblemática — embarcações que circulam sem equipe de saúde, com motoristas realizando atendimentos por falta de opção, colocando vidas em risco. O grupo destacou a necessidade urgente de socorristas e de regulamentação específica.

A vigilância em saúde também foi debatida com ênfase na subnotificação, na contaminação por mercúrio em comunidades próximas à mineração e na necessidade de qualificação das equipes. O grupo reafirmou a importância do reconhecimento formal de parteiras, benzedeiras e rezadeiras como práticas de cuidado tradicionais a serem integradas às políticas públicas.

O grupo também trouxe, com preocupação, denúncias recebidas de territórios da região Norte sobre a presença de profissionais de saúde — especialmente médicos — atuando em contextos de populações do campo, da floresta e das águas sem a devida regularidade em seus registros profissionais. Trata-se de uma questão que afeta diretamente a qualidade e a segurança do cuidado ofertado a essas populações. O

debate apontou para a necessidade de que o Ministério da Saúde, em articulação com os conselhos federais e regionais de medicina e com os órgãos de fiscalização competentes, desenvolva mecanismos de verificação e acompanhamento do registro regular de profissionais que atuam nessas áreas — garantindo que o direito a um atendimento seguro e legalmente respaldado seja assegurado também onde o Estado chega com menos frequência.

4.2 Grupo 2 – Eixos 3 e 4: Formação e Participação Social

Facilitação: Carolina de Toledo (SGTES) e Tiago Leal (CGEPS).

Este grupo debruçou-se sobre os desafios da formação em saúde para as populações do campo, floresta e águas. O diagnóstico foi de metas desatualizadas e baixa execução das ações previstas, com necessidade urgente de ampliar os cursos voltados a essas populações, fortalecer as residências multiprofissionais e aprofundar a integração com o CEREST e a vigilância em saúde.

No campo da educação popular, o grupo reafirmou a importância do AgPopSUS e do EdPopSUS como programas estruturantes, defendendo a ampliação das bolsas, a formação continuada com participação ativa do Grupo da Terra e a necessidade de que a formação aconteça nos próprios territórios. Sobre controle social, o debate destacou a urgência de ampliar a participação das populações do campo nos Conselhos de Saúde, fortalecer a organização dos movimentos e investir em formação política para qualificar essa participação.

4.3 Grupo 3 – Eixo 5: Monitoramento e Governança

Facilitação: Irânia Marques (SE/MS) e Taciana (SEIDIGI).

O debate sobre monitoramento revelou um problema estrutural grave: o desconhecimento da PNSIPCFA por grande parte dos estados e municípios, resultando em baixíssima cobertura frente à realidade dos 5.571 municípios brasileiros. O grupo identificou a necessidade de incluir identificadores de populações do campo no CadSUS e a importância de dados específicos, como um censo agroflorestal, para qualificar o planejamento das ações.

Quanto ao monitoramento propriamente dito, o grupo propôs que a cobertura seja ampliada para pelo menos 50% dos municípios, com qualificação da análise situacional e fortalecimento do SAGE-SUS como instrumento de gestão participativa.

4.4 Grupo 4 – Eixos 6 e 7: Territórios, Meio Ambiente e Comunicação

Facilitação: Priscila Sieben (SCTIE), Jorge e Marielle (Fiocruz).

Este grupo enfrentou os temas mais estruturais da conjuntura: a crise climática e o racismo ambiental como determinantes da saúde das populações do campo, floresta e águas. Os impactos dos grandes empreendimentos — mineração, hidrelétricas, agronegócio — sobre os territórios e a saúde das comunidades foram amplamente denunciados, assim como a necessidade de articulação interministerial e integração com políticas como o PRONARA.

O debate sobre comunicação e pesquisa trouxe uma crítica importante: a linguagem das políticas públicas permanece inacessível para grande parte das populações que deveriam ser suas beneficiárias. O grupo defendeu a necessidade de comunicação popular, clareza sobre o financiamento das ações e distinção entre projetos estruturantes e pilotos, para que as comunidades possam exigir resultados com base em compromissos reais.

5. 18 de março de 2026 – Manhã: Plenária

A plenária do segundo dia foi coordenada por Irânia Marques (MS) e Daniela Silva (ASA) e reuniu o coletivo completo do Grupo da Terra para apresentação das sínteses dos quatro grupos temáticos. O momento foi marcado por convergências e complementaridades entre os debates, aprofundando os temas de formação em saúde, monitoramento, participação social, condições de trabalho das equipes e dificuldades logísticas que comprometem a implementação da política nos territórios.

A plenária reforçou o caráter coletivo das decisões do Grupo da Terra e a necessidade de que os encaminhamentos produzidos se traduzam em compromissos institucionais concretos, com prazos e responsáveis definidos.

6. Registro de Ocorrência – Racismo Institucional

Durante o encontro, foi registrado um relato coletivo de ocorrência de racismo institucional em processo formativo. A situação, vivenciada por representantes do Grupo da Terra, evidenciou a exclusão baseada em critérios acadêmicos formais que desconsideram os saberes dos territórios, a desvalorização de conhecimentos construídos na prática da luta e do cuidado, as desigualdades estruturais que persistem mesmo em espaços que deveriam ser de equidade, e os impactos concretos dessas situações na permanência e na participação institucional das lideranças.

O Grupo da Terra reagiu com indignação e solidariedade. Foram propostas moções de repúdio, manifestações de apoio às pessoas afetadas e, sobretudo, a defesa do reconhecimento institucional dos saberes das representações do Grupo da Terra como uma forma de reparação coletiva. O episódio evidenciou que a luta antirracista não pode ser dissociada da luta pela saúde integral — e que espaços institucionais precisam estar à altura dos princípios que defendem.

7. 18 de março de 2026 – Tarde

7.1 AgPopSUS – Programa de Formação de Agentes Educadores e Educadoras Populares de Saúde

Em resposta a uma demanda histórica do Grupo da Terra, a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS) apresentou o Programa AgPopSUS — uma iniciativa voltada à formação de agentes educadores e educadoras populares de saúde nos territórios. A apresentação detalhou a estrutura institucional da AgSUS, os objetivos do programa e os critérios do edital vigente.

O debate que se seguiu foi rico e crítico: as lideranças compartilharam dificuldades reais com a limitação de recursos e bolsas, as exigências do edital que podem excluir candidatos dos territórios mais vulneráveis e os desafios logísticos que comprometem a participação de comunidades remotas. A discussão reforçou que programas como o AgPopSUS precisam ser desenhados com e para os movimentos sociais, e não apenas para eles.

7.2 Projeto da Fiocruz com o Grupo da Terra

A Fundação Oswaldo Cruz apresentou o projeto "Entre Águas, Terras e Práticas do Cuidado: Formação em Processo de Trabalho da Atenção Primária à Saúde das Populações do Campo, Floresta e Águas", desenvolvido em parceria com representações do próprio Grupo da Terra. O projeto foi apresentado como uma iniciativa que integra formação, práticas de cuidado e conexão com os territórios, valorizando os saberes locais como parte constitutiva do processo formativo.

O debate destacou a necessidade de que todo o Grupo da Terra — e não apenas alguns de seus membros — esteja envolvido no projeto, garantindo que ele reflita a diversidade e a amplitude dos movimentos que compõem esse espaço político.

8. Menção Honrosa

O encontro reservou um momento especial para reconhecer a trajetória de duas mulheres que marcaram profundamente a história do Grupo da Terra e da PNSIPCFA:

> **Elionice Conceição Sacramento e Marizelha Lopes receberam menção honrosa por suas contribuições históricas à construção da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas e ao fortalecimento do Grupo da Terra como espaço de luta e participação social.**

O reconhecimento foi recebido com emoção e aplausos, reafirmando que a construção de políticas públicas justas é obra de pessoas que dedicam suas vidas à transformação coletiva.

9. Encaminhamentos

Ao final dos dois dias de trabalho, o Grupo da Terra sistematizou os seguintes encaminhamentos, que deverão orientar as ações do Ministério da Saúde e dos movimentos sociais nos próximos meses:

Reestruturação e atualização do Plano Operativo da PNSIPCFA, garantindo que ele reflita as prioridades identificadas pelo Grupo da Terra. Fortalecimento do monitoramento por meio da implementação plena da SIME, com responsabilização dos Pontos Focais do Ministério da Saúde pela atualização periódica das ações. Ampliação das iniciativas de formação em saúde voltadas às populações do campo, floresta e águas, com participação ativa do Grupo da Terra no desenho e acompanhamento dessas ações. Melhoria das condições logísticas para a realização dos encontros e para a participação das lideranças dos territórios mais distantes. Fortalecimento da participação social e ampliação da articulação interinstitucional para garantir que a PNSIPCFA seja conhecida e implementada nos estados e municípios. Atualização da Portaria do Grupo da Terra, adequando-a à realidade atual e fortalecendo seu papel institucional.

Por fim, o Grupo da Terra encaminhou a demanda pela publicação, em linguagem simples e acessível, das Portarias de incentivo adicional de custeio destinado às Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas e às Equipes de Saúde da Família que atendem territórios quilombolas. O entendimento coletivo é que essas normativas precisam chegar às próprias comunidades beneficiárias em formato compreensível, para que gestores, profissionais de saúde e os próprios movimentos sociais possam acompanhar, exigir e fiscalizar a aplicação correta dos recursos.

> **Encaminhamento central – Reparação Coletiva: Reconhecimento institucional dos saberes do Grupo da Terra como forma de reparação coletiva, garantindo sua valorização nos processos formativos, nas políticas públicas e nos espaços institucionais.**

10. Considerações Finais

O 7º Encontro do Grupo da Terra reafirmou, com força e clareza, que as populações do campo, da floresta e das águas não são apenas objeto de políticas públicas — são sujeitos ativos de sua construção. A potência dos territórios, expressa nas falas das lideranças, na mística de abertura e nos debates qualificados dos grupos temáticos, demonstrou que o Grupo da Terra é um espaço político estratégico e insubstituível para a efetivação do direito à saúde com equidade.

A centralidade da participação social, a necessidade urgente de fortalecer o SUS para as populações mais vulnerabilizadas, a urgência de enfrentar desigualdades estruturais —

racismo, violência de gênero, exclusão territorial — e o papel do Grupo da Terra como instância de incidência e controle social foram reafirmados como pilares que sustentam e orientam a luta coletiva.

Que este relatório sirva como memória viva deste encontro — e como compromisso coletivo de que os encaminhamentos aqui registrados se traduzam em ações concretas em defesa da vida e da saúde dos povos do campo, da floresta e das águas.